

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 27 de setembro de 1985

Nova postura do Brasil no cenário internacional *Dívida Externa*

Na visita à Organização das Nações Unidas (ONU), o presidente José Sarney revelou as características principais de sua maneira de exercer a atividade política: é homem afirmativo e cauteloso, capaz de expressar com objetividade as teses amadurecidas no debate democrático interno e que representam o consenso da opinião pública nacional. Sua motivação é a convicção íntima de que os argumentos que expõe são justos, claros e evidentes.

Dado o estilo de Sarney, não constituiu surpresa a revelação feita pelo presidente, na entrevista coletiva que concedeu em Nova York, de que já tem uma proposta elaborada para oferecer no que diz respeito à negociação da dívida externa em novas bases. O atual governo já fez a sua opção por uma política econômica, que começa a ser aplicada no plano interno e que deve ter, necessariamente, uma contrapartida no plano externo. Mas a discussão das alternativas fica para uma segunda etapa, tendo a recente viagem presidencial o objetivo de abrir as conversações no âmbito político,

a partir de uma posição de firmeza, mas sem provocar um confronto com os países desenvolvidos.

Dois pontos fundamentais compõem a linha de ação estabelecida: de uma parte, a posição de que a dívida não tem apenas tratamento financeiro nem está restrita às teses consagradas no pensamento econômico ortodoxo. De outra, a constatação de que "uma desestabilização do Brasil significa também uma desestabilização da política mundial", como afirmou Sarney.

Nunca a posição brasileira foi tão bem explicitada em foros internacionais. Ela parte da experiência dos últimos anos, que demonstrou que o receituário preconizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) antes agravou do que resolveu o problema do endividamento externo, sob o ponto de vista do bem-estar dos países devedores. A persistência desse esquema de ajustamento poderia levar, portanto, à erosão dos valores que o Brasil hoje mais preza, que são a democracia e o desenvolvimento social.

Nesse quadro, é reservado à iniciativa privada um papel de relevo, mas que não poderá ser exercido em sua plenitude se o País for condenado à estagnação econômica. Os riscos de enveredar por outro caminho são nítidos: como assinalou o presidente Sarney, a participação estatal na economia do País já é de tal ordem que, se fosse utilizada para promover outro pólo de desenvolvimento, provavelmente terminaria levando à estatização total. E este não seria um desdobramento compatível com a aspiração de uma sociedade aberta e democrática.

Sendo esses os propósitos que inspiram o governo brasileiro nessa fase histórica, não seria demais esperar a compreensão das dificuldades atuais pelos grandes países democráticos. Quando o livre comércio é apresentado como caminho de salvação para os países menos ricos, é preciso assegurar que estes não tenham, quando tentam ampliar as exportações, o caminho barrado por ondas protecionistas.

O presidente Sarney não se esqueceu de mencionar o enorme esforço feito pelo Brasil desde a eclosão da crise do endividamento, em 1982. O País tornou-se superavitário em relação a quase todos os seus parceiros comerciais, exceto os que lhe vendem petróleo. Isso não trouxe um benefício significativo para a sua economia interna, já que toda a receita auferida foi canalizada para o pagamento de juros sobre empréstimos externos. De qualquer maneira, o governo brasileiro, que sempre manifestou a intenção de saldar todos os seus débitos, não pode prescindir do crescimento de suas exportações.

O discurso do presidente Sarney nas Nações Unidas e os contatos que manteve em sua recente viagem marcam uma nova postura do Brasil no cenário internacional. O presidente enunciou princípios para um diálogo mais franco e construtivo que o País pretende manter não só com o FMI, os bancos credores ou representantes de um ou outro governo, mas também "com toda a comunidade mundial".